



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA PÓVOA DE LANHOSO**

Aos 28 dias do mês de janeiro do ano de 2019, pelas 20h30, no Theatro Club da Póvoa de Lanhoso, sob a presidência de João Manuel Correia Rodrigues Duque, secretariado por José Miranda Gomes e por Margarida Reis Soares, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, com a seguinte ordem de trabalhos:

**Ponto único (45`):**

**Proposta da câmara para o não exercício das competências previstas no âmbito da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, nos termos do disposto na Lei 50/2018, de 16 de agosto.**

Estiveram presentes na bancada do PSD os seguintes membros: Luís Jorge Amaro da Costa; Luís Carlos Lopes Carvalho; Fátima Elizabeth Campos Alves; João António Rodrigues Marques; Diogo Amaral de Sousa; Sónia Margarida da Silva Fernandes; José João da Costa Fraga.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PSD de: Lanhoso; Monsul; Póvoa de Lanhoso; Rendufinho; Santo Emilião; Serzedelo; Sobradelo da Goma; Travassos; Vilela; União de Freguesias de Esperança e Brunhais; União de Freguesias de Verim, Friande e Ajude e União de Freguesias de Calvos e Frades.

Estiveram presentes na bancada do PS os seguintes membros: Álvaro da Silva Vieira; Filipe Almeida Silva; Maria Elisabete Cardoso Cunha; Miguel da Cunha Pereira; José Ângelo Sáavedra de Almeida Faria; Clarisse Cardoso de Matos; Graciano Filipe Direito Fernandes; Susana Patrícia Barbosa Morais; Manuel Joaquim Ferreira de Sousa.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PS de: Garfe; São João de Rei; Taíde; Geraz do Minho; União de Freguesias de Águas Santas e Moure; União de Freguesias de Fontarcada e Oliveira.

Estiveram presentes na bancada do MAI os seguintes membros: Rui Manuel de Macedo Rebelo; José Eduardo Pinto da Silva Baptista Vieira; Carla Maria Canotilho Alberto dos Santos.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia eleitas como independentes: Covelas; e Ferreiros.

Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes elementos do PSD: Avelino Adriano Gaspar da Silva; Maria Gabriela da Cunha Baptista Rodrigues da Fonseca; e André Miguel Lopes Rodrigues; Estiveram presentes os seguintes elementos do PS: Frederico de Oliveira Castro; Maria de Fátima Duarte Vieira Moreira; e Manuel José Costa de Carvalho e Sousa.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, cumprimentou os presentes e no uso da palavra referiu:

*“Reunimo-nos hoje, extraordinariamente, devido à necessidade de a Assembleia se pronunciar sobre uma proposta da Câmara Municipal, pronúncia que um prazo, precisamente o final deste mês. Por isso mesmo, esta Assembleia Extraordinária conta com esse ponto, como ponto único, ao qual é atribuído o tempo de 45 minutos e que será distribuído, como habitualmente, pela bancada do PSD, com 24 minutos, pela bancada do PS, com 18 minutos, e pela bancada do MAI, com 3 minutos. Sem mais delongas, passamos ao ponto único desta Assembleia: Proposta da Câmara Municipal para o não exercício das competências previstas no âmbito da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, nos termos do disposto na Lei 50/2018, de 16 de agosto. Tem a palavra a Câmara Municipal para apresentar a sua proposta.”*

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Este ponto único da ordem de trabalhos espelha, de forma clara, os nossos pensamentos sobre a proposta de descentralização de competências que o Governo nos apresentou. Há dois princípios fundamentais que queria, desde já, partilhar com vocês.*

*Primeiro, a Autarquia da Póvoa de Lanhoso é totalmente a favor de que o Estado faça uma reforma a sério, ao nível das suas competências. Há serviços que são prestados pelo Estado Central que seriam mais eficazes para o cidadão, se fossem realizados pelas Autarquias. Com isto, quero dizer que somos totalmente a favor de um processo de descentralização que permite às Autarquias melhorar as respostas do Estado em várias áreas.*

*Segundo princípio: por sermos responsáveis e porque não assinamos cheques em branco, não podemos aceitar uma proposta de descentralização que não seja clara em matérias essenciais, como o âmbito, a responsabilidade global e os meios financeiros. Isto é, nós não queremos ser apenas tarefeiros do Estado. A proposta que nos é apresentada, na maioria dos diplomas, é genérica, não define claramente um modelo jurídico de responsabilidade de cada competência e muito menos nos apresentam um estudo financeiro para que a Autarquia se sinta segura em a aceitar.*

*Os municípios não são todos iguais e, por isso, uma reforma desta dimensão não pode ser realizada apenas com generalidades, dando 60 dias para estudar os diplomas e*

*decidir. As Autarquias precisam de tempo e de se sentar à mesa com vários Ministérios, para perceber se cada competência que o Governo quer delegar tem aplicação ao nosso Concelho, e se não representa um prejuízo real para o equilíbrio financeiro que todos desejamos. Nós já executamos muitas tarefas que ao Estado dizem respeito, porque queremos melhorar a qualidade de vida dos povoenses; mas queremos fazê-lo de uma forma que obriga as partes a negociar, não vamos ser o elo mais fraco, aceitando, sem defender os nossos interesses.*

*Dou um exemplo, muito concreto: as praias fluviais. Neste momento, a Autarquia e a Junta de Freguesia já suportam a maioria das despesas com a utilização da praia fluvial de Verim. Mas se esta é ainda uma competência do Estado, faz sentido que aceitemos, sem discutir e negociar, só porque já a pagamos? Ou faz sentido que, no interesse da Autarquia, possamos receber esta competência sem uma definição clara do que cabe a cada um e, acima de tudo, sem que o Governo pague o que nunca pagou? Mais, se ficássemos hoje com estas competências das praias fluviais, era dar um tiro no escuro, isto é, o decreto não define, por exemplo, qual a responsabilidade jurídica e tutelar da extensão do rio nesta praia. Quem intervém e de que forma? No fundo, por mais simples que pareçam algumas destas competências, há muitas dúvidas sobre matérias essenciais que não podem deixar de ser esclarecidas. Esta reforma tem um calendário alargado, o que nos vai permitir com calma e com os pés bem assentes no chão analisar com rigor o que o Governo pretende fazer. Por outro lado, vamo-nos preparar para exercer novas competências da melhor forma, capacitando os recursos humanos, reorganizando os serviços necessários, porque as exigências serão naturalmente maiores. A posição maioritária dos municípios é de rejeitar, nesta fase, estes diplomas, forçando o Governo a clarificar e a negociar. Teremos, certamente, até junho mais informações e certamente poderemos decidir com mais segurança. Esta reforma não precisa de ser realizada à pressa, porque estamos todos de acordo que é necessário descentralizar. Achamos que esta é a melhor forma de defender os interesses da Autarquia e de todos os povoenses. Obrigado.”*

Seguidamente o Presidente da Mesa, João Duque abriu as inscrições. Concedeu a palavra ao deputado do Grupo Parlamentar do PSD, Luís Amaro da Costa.

Interveio o deputado do Grupo Parlamentar do PSD, Luís Amaro da Costa, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Estamos a tratar da transferência de competências para as autarquias locais, nos termos do disposto na Lei 50/2018 e, em relação a esta matéria, creio que devo começar por afirmar que a intervenção do Presidente da Câmara é clara e objetiva. De facto, não nos é possível aceitar, só porque sim, só porque concordamos com os princípios e objetivos dessa lei, todas as obrigações a que a mesma nos obriga, sem pôr em causa a concretização deste objetivo que permita a descentralização de competências para as*

*autarquias locais, que me parece que todos defendemos, e quer-me parecer, também, que a inação e a falta de resposta do Governo são as únicas responsáveis pela trapalhada em que se transformou todo este processo. Nunca, desde o 25 de abril, foram tão favoráveis as condições políticas para uma verdadeira reforma. Os dois principais partidos portugueses, PSD e PS, estavam unidos neste propósito e esta união resulta do facto do PSD reconhecer que se trata de uma matéria estrutural, de regime e que deve ir além da legislatura. Esta manifestação de vontade, o já referido propósito de avançar, ficou evidente na assinatura da declaração conjunta sobre a descentralização, assinada em abril de 2018, tendo o PSD criado as condições políticas necessárias para alcançar esse objetivo. Por outro lado, ao longo do processo, o Governo não cumpriu a promessa, não cumpriu os prazos, não fez o que se comprometeu e anunciou fazer. Estamos a falar de uma lei de agosto do ano passado, a Lei 50/2018; era suposto que até 15 de setembro do mesmo ano tudo estivesse clarificado, para que o processo iniciasse e os municípios tivessem tempo para debater esta questão, transmitissem a sua perceção sobre o mesmo a tempo do Orçamento de Estado comtemplar as normas financeiras que permitissem alocar as verbas necessárias à sua implementação. No entanto, nada aconteceu. O que temos hoje? Não temos as iniciais 23 áreas de atuação. Nem as 21 que se seguiram. Temos 11. As principais, tais como a educação, a saúde, a área social, nem se fala sobre elas e, das 11 que temos em discussão, os municípios têm até ao 31 de janeiro, ou noutros casos até 2 de fevereiro, para dizer não. Porque, se nada fizerem, se nada disserem, ficam vinculados e obrigados a aceitar as competências que, no quadro desta Lei, o Governo quiser empurrar. E não é só esse o problema. Acontece ainda que não estão definidas as normas financeiras que vão dar cobertura a toda esta mudança; os municípios poderão ver-se na contingência de assumir novas responsabilidades sem saber com o que contam para as pagar. E com um Governo que faz das cativações a sua imagem de marca, não podemos esperar com um sorriso nos lábios que tudo se há de resolver. Esta lei não transfere, na verdadeira aceção da palavra, a competência e os meios financeiros para os municípios. Na verdade transformam os municípios em tarefeiros do Estado, dando-lhe já as tarefas e mais tarde, no futuro, se verá, até porque no orçamento para 2019, em curso, as verbas orçamentadas para estas tarefas são – pasme-se – zero. Nada. O campo está lá, mas sem qualquer valor.*

*Caros deputados e deputadas municipais, o exercício responsável do poder local numa Autarquia não nos deve colocar na contingência de aceitar uma competência sem saber em que é que ela consiste e, muito menos, ignorando quais são os meios financeiros disponíveis para o exercício eficaz dessa mesma competência. Concordamos pois com a proposta apresentada pelo executivo municipal de não aceitar, nos moldes propostos, as competências em análise. Votaremos a favor da proposta apresentada.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do Grupo Parlamentar do MAI, José Eduardo Vieira.

Interveio o deputado do Grupo Parlamentar do MAI, José Eduardo Vieira, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Senhor Presidente da Câmara Municipal, a descentralização de competências para as Autarquias é uma matéria muito desejada pelos municípios. Por essa razão, o MAI trouxe o assunto à colação, na última Assembleia Municipal. E fizemo-lo porque o seu executivo, deseje ou não, terá aqui uma área nuclear deste mandato, assim como a capacidade de reivindicar mais afetação de recursos às necessidades do nosso Concelho. Pode-se de facto, não definir ou afirmar, para já, a oposição neste processo de descentralização; mas sabemos que, pelo menos até 2021, temos de aceitar a transferência, prevista em lei, de competências e serviços dos recursos do Estado para as autarquias.*

*Na última Assembleia, em finais de novembro passado, o Senhor Presidente respondeu à interpelação do MAI, dizendo que ainda era cedo para ter uma posição sobre o assunto, que ainda aguardava pela aprovação de legislação.*

*Senhor Presidente, há muitos municípios no país que há muito já antecipavam este assunto, quer no acompanhamento, quer na análise e ainda na discussão do mesmo.*

*A verdade é que a lei-quadro da transferência de competências para as autarquias já tinha entrado em vigor a 17 de setembro de 2018; enquanto que o diploma que altera a lei das finanças locais já vigora desde 1 de janeiro corrente.*

*O que na altura se percebeu, clara e espantosamente, da sua resposta ao MAI, é que a Câmara Municipal não estava, como devia e se impunha, a acompanhar minimamente este processo de descentralização de competências. Tanto assim é que, menos de dois meses depois, estamos a ser chamados aqui, em Assembleia Extraordinária, para nos pronunciarmos, em nome dos povoenses, sobre o não exercício das competências neste processo de descentralização. O que é elucidativo da falta de sentido de responsabilidade e de visão política que o senhor e o seu executivo demonstram neste processo.*

*Por tudo isto e muito mais, que não temos agora tempo para abordar – de facto temos só apenas 3 minutos – impõe-se perguntar: o que é que pensam sobre o assunto da descentralização? São a favor ou não? A Câmara Municipal está ou não disponível para aceitar e negociar a descentralização de competências? Que condições é que exigiriam para aceitar a descentralização de competências? Que áreas estabelecem como prioridade? Que estudos ou análises foram efetuados pelo Município, para que possamos todos perceber o impacto destas medidas de descentralização ou outras que poderão vir a ter no nosso Concelho? Muito obrigado.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do Grupo Parlamentar do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado do Grupo Parlamentar do PS, Filipe Silva, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Relativamente a esta questão que hoje aqui discutimos, sobre a descentralização de competências, no nosso entender esta é uma questão que merece, por parte do executivo, uma reflexão e uma análise profunda mas, acima de tudo, uma análise séria e descomplexada. Em termos práticos, é uma questão em que só o executivo tem dados suficientes para analisar a capacidade que terá ou não para aceitar ou não determinadas competências. À partida, o que nos parece, numa visão superficial, é que há competências que a Autarquia poderia aceitar, uma vez que a sensação que temos é que já é da sua responsabilidade. Refiro-me também, por exemplo, à questão das praias fluviais.*

*Mas, como disse anteriormente, seria preciso conhecer mais dados, que só o executivo pode ter, e refiro-me a recursos financeiros, humanos, entre outros, determinantes para fazer a análise séria de que falava no início da minha intervenção. Uma coisa não temos dúvida nenhuma em afirmar. Qualquer que seja a postura e a decisão do executivo neste, como em todos os outros assuntos, o que deve prevalecer, para uma tomada de decisão, é sempre a defesa dos interesses das pessoas e dos povoenses. Parece verdade de La Palice, mas é um princípio que, sendo o mais importante para qualquer decisão, nem sempre nos parece que seja cumprido. Aliás, ao ouvir o Senhor Presidente falar numa proposta com falta de clareza e falta de diálogo, lembro, senhor Presidente, a forma como foram celebrados os protocolos interadministrativos e o acordo de execução, em que a Câmara Municipal ditou as regras, sem qualquer negociação com os senhores Presidentes de Junta; estes ou aceitavam ou ficavam sem nada, sem olhar à especificidade de cada freguesia. Convém não ficar apenas pela teoria, senhor Presidente. No caso concreto, fazendo salvaguarda de que entendemos ser esta uma decisão que só o executivo pode avaliar, achamos estranho que não se aceite nenhuma das competências, acrescentando a isso todo o show off a que assistimos diariamente, na comunicação social, em torno desta questão, um pouco por todo o país. A sensação que fica é que há aqui uma estratégia partidária de boicote, por parte das autarquias do PSD, a esta questão de transferência de competências para as autarquias locais. Se assim for, lamentamos que, na base da decisão dos nossos políticos – e aqui falo de forma generalizada – estejam questões partidárias, em detrimento da defesa dos interesses das pessoas. Reafirmo, esclarecendo desde já que me refiro aos políticos de forma generalizada quando falo na tomada de decisões baseadas em estratégia político-partidárias que em nada contribuem desde logo para a credibilização da política, mas mais importante do que isso, nada contribuem para a defesa dos interesses das pessoas e para o desenvolvimento e crescimento cultural do nosso país. Baseado nos fatores já indicados anteriormente, de que cabe ao executivo perceber se tem ou não condições e se as transferências de competências -ao ou não benéficas para a Póvoa e para os povoenses, o Partido Socialista irá abster-se nesta votação. Obrigado.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva e, no uso da palavra, referiu:

*“Eu penso que já respondi a toda a gente, inclusive ao MAI, mas eu gostaria mesmo de referir aqui umas competências que já foram delegadas para a educação, e é um exemplo de como a gente não deve aceitar nada no escuro. Nós aceitamos os transportes e aceitamos a alimentação escolar e posso dizer-vos que a Câmara Municipal tem um prejuízo nos transportes de 400 mil euros/ano e nas refeições de 171 mil. Isto foi dar um tiro no escuro. Quem tem que pagar isto é o Estado; não é a Câmara Municipal. Estes 571 mil euros davam para fazer muito no nosso Concelho. Estamos nós a subsidiar o Estado. Isto já foi feito. E todos os anos, no ano passado, pelo menos, deu um prejuízo de 571 mil euros, só nestas duas rúbricas, nas refeições e nos transportes. Como é que nós podemos aceitar, seja aquilo que for, se não temos regras rigorosamente nenhuma? Eu esclareci bem que não temos regras rigorosamente nenhuma. Como é que podemos aceitar uma situação destas?*

*Pela minha parte e pela parte do executivo não aceitaremos estas competências desta forma. Já agora, é a segunda vez que me fala nisto, eu gostaria de saber se há algum Presidente da Junta que conversou comigo em relação a obras nas Freguesias e que não concordou com aquilo que, realmente, está no plano de orçamento? Foi o que me perguntou, desculpe lá. Gostaria de saber se há algum Presidente da Junta que está em desacordo com aquilo que está no plano para este ano? Obrigado.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao deputado Gilberto Anjos.

Interveio o deputado Gilberto Anjos, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Eu só venho falar porque, na intervenção do Filipe Silva, se falou de uma situação e o Presidente falou de outra. O que o deputado Filipe Silva disse foi que, aquando dos acordos de execução, ficaram definidos na delegação de competências da altura, para as Freguesias – e estão aqui mais Presidentes de Junta e sabem como é que foi – foi feita uma regra, mediante a dimensão da Freguesia e da população, e foi atribuído um valor por cada Freguesia. Foi assim que foi feito. E era a isso que ele se estava a referir. Não houve negociação. Ou aceitavam aquilo, na altura – já não foi do seu tempo, foi na altura do Senhor Presidente da Câmara Manuel Baptista, e foi exatamente assim que aconteceu. E eu faço questão de referir isso porque eu aqui, neste púlpito, disse nessa situação, disse que há Freguesias que têm especificidades diferentes, algumas têm parques, algumas têm escolas, algumas têm um conjunto de intervenções e necessidades que outras não têm e, na altura, falei sobre essa questão que não deveria*

*ser só a população, não deveria ser só a área e devia haver outros critérios, de modo a que as verbas fossem justas para a Freguesia. Foi isso que eu falei. E foi sobre isso que o Filipe falou.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do Grupo Parlamentar do PSD, Luís Amaro da Costa.

Interveio o deputado do Grupo Parlamentar do PSD, Luís Amaro da Costa, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Eu venho aqui falar só porque foram usados aqui dois termos que, sinceramente, acho que não se adequam, e por isso mesmo merecem da minha parte um ligeiro comentário. Mas iria mais além. Começaria por esta questão que o Filipe aqui referiu, que o deputado Filipe Silva aqui referiu – peço desculpa, por o tratar assim, mas de facto tratamo-nos assim em qualquer lado. Quando diz que nota um certo boicote dos autarcas do PSD, que lhe parece que há um certo boicote.*

*Senhor deputado, a primeira Câmara Municipal que eu soube que recusou este processo de transferência de competências foi Barcelos. Não é PSD, de certeza. Exatamente, Vieira aceitou algumas competências; outras, não aceitou. Portanto, aqui não há nenhuma questão de boicote. Não há nada. O PSD esteve neste processo desde o início, compenetrado, empenhado. Aliás, convém a gente perceber que foi assinado, como eu já referi, um acordo político genérico com o Governo, assinado pelo Ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, pelo Governo, e pelo Álvaro Amaro, pelo PSD, e que continha seis princípios base fundamentais, em que três eram da competência ou obrigação do PSD, outros três seriam da obrigação do Governo. Sabíamos que o PSD tinha que fazer ou permitir que fosse aprovado, pelo menos até final do mês de julho do ano passado, uma nova lei-quadro de transferência de competências. Assentou no princípio do gradualismo, que o PSD sempre defendeu; e tinha que fazer também com que essas competências fossem aceites, mas ao mesmo tempo tinham que ser aceites em 2019, 2020, ou em 2021, e esta lei foi já adequada pelo Parlamento, por isso o PSD cumpriu aquilo a que se comprometeu. Competia também ao Parlamento, e era esta uma segunda regra na qual o PSD teria que se empenhar, aprovar uma nova lei das finanças locais e teria que criar funções para o efeito, de modo que fosse ela própria capaz de, no futuro, financiar essa transferência para os Municípios. Esta lei também já foi aprovada. Teria também que criar condições para a criação e aprovação de uma comissão de descentralização composta por entidades e personalidades independentes, a indicar pelas forças políticas, com o objetivo claro de olhar para as reformas do Estado, entre elas das autarquias locais, sem perder de vista uma eventual reestruturação do país que apresentasse as iniciativas legislativas com esse objetivo. Também já foi aprovado, em Assembleia da República, também está aprovado.*

*Eram três competências que o PSD tinha que cumprir e cumpriu. Por outro lado, o Governo comprometia-se a consensualizar, com a Associação Nacional de Municípios Portugueses e com a ANAFRE, os 21 diplomas sectoriais, e este era um consenso essencial para o cumprimento do acordo. Não está feito. Por outro lado, o Governo comprometeu-se a munir cada um dos Municípios Portugueses, bem como as entidades intermunicipais, dos respetivos mapas, contendo as competências financeiras e os recursos humanos a alocar. Município a Município, competência a competência. Zero. Não está feito. Comprometeu-se também a colocar no Orçamento de Estado, para este ano, 2019, o chamado fundo de financiamento da descentralização e alocar as verbas necessárias para que a transferência de competências se pudesse materializar. Como já disse há bocado, é zero. No orçamento está zero, não há nada. Está lá marcado, mas sem valor. Portanto há aqui três compromissos do PSD, todos cumpridos. Três compromissos do Governo, nenhum cumprido.*

*Isto faz-me perguntar ao senhor deputado Eduardo Vieira, o que é que ele quer dizer com esta falta de visão política de que acusa o Município, o executivo municipal, quando, da parte do Governo, as coisas não são cumpridas? Quer que o Município faça o quê? Aceite, sem saber como nem para que lado se dirige aquilo que vai assumir? Senhor deputado, isso não tem a ver com visão política. Isso tem a ver com os pés assentes na terra, com a realidade do nosso Município, para evitar que, como aqui referiu e muito bem, senhor Presidente da Câmara, voltemos a ter prejuízos da ordem dos 500 ou mais milhares de euros, como já temos no atual estado de coisas. Muito obrigado.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra à deputada do Grupo Parlamentar do MAI, Carla Santos.

Interveio a deputada do Grupo Parlamentar do MAI, Carla Santos, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Senhor Presidente da Câmara Municipal, este processo de transferência de competências é um processo sensível, já o sabemos, mas é também um processo determinante e crucial para a gestão autárquica, no futuro próximo. Assim, independentemente de para já o Senhor Presidente não querer considerar o exercício de transferência de competências para o nosso Município, é necessário sabermos todos, o quanto antes, com que efeitos políticos e qual a estratégia que a Câmara Municipal pensou para este processo de transferência de competências de serviços e recursos para o nosso Município. É que a questão dos investimentos, quer neste quadro comunitário de apoio quer no próximo ciclo de apoios financeiros da União Europeia, requer uma visão estratégica, integrada e política. Neste contexto, urge perguntar, qual é a posição da CIM do Ave sobre este processo? Que estratégia está a ser pensada para a gestão dos fundos comunitários e para a promoção turística, no quadro de transferência de*

*competências? Que trabalho é que a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso já desenvolveu, para aferir o impacto das transferências propostas? Muito obrigada.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do Grupo Parlamentar do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado do Grupo Parlamentar do PS, Filipe Silva, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Senhor deputado Luís Amaro da Costa, percebo agora, pela parte final da sua intervenção, que o senhor até entende o argumento do PS, quando nós votamos contra os planos que a Câmara apresenta com medidas, repletos de medidas que não têm verbas previstas em orçamento. O senhor acabou de criticar agora aqui uma situação semelhante. De qualquer forma, retomando a intervenção do senhor deputado, quero dizer-lhe que eu vim fazer uma intervenção, sem qualquer, nem sei como lhe dizer isto, sem qualquer carta na manga, sem qualquer jogada política; foi uma intervenção genuína e é importante que o seu ouvido não seja muito seletivo, ao ponto de desprezar o que eu disse efetivamente. E lembro que eu dizia que: reafirmo, esclarecendo, desde já que me refiro aos políticos de forma generalizada. Não falei especificamente da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso; de resto, na minha intervenção disse que percebíamos completamente que cabia à Câmara fazer uma análise, para perceber se tem ou não condições. Como lhe dei há bocado um exemplo, também sabemos de Câmaras Municipais do PSD que aceitaram estas delegações de competências. Agora, eu falei no contexto geral, e nós aqui temos a responsabilidade de fazer uma coisa que eu acho importante em política, que é não fazer de conta que está tudo bem. Que as coisas não acontecem por fazer de conta que não existem esses negócios políticos, estas decisões em função dos partidos e em função daquilo que são estratégias. Se temos esta oportunidade de fazer diferente, façamos diferente e não sejamos iguais a todos os outros. Foi só esta a questão para que eu quis alertar, há bocado, e não me referi à Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso como sendo um dos casos. Obrigado.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva e no, uso da palavra, referiu:  
*“Estamos a falar de delegação de competências e, em relação à CIM, o que for decidido hoje, amanhã será transmitido na reunião com a mesma. Obrigado.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do MAI, Rui Rebelo.

Interveio o deputado do Grupo Parlamentar do MAI, Rui Rebelo, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

*“Senhor Presidente da Câmara, já estivemos, na maioria das vezes, contra a vossa posição. Fizemo-lo com convicção e firmeza. Já estivemos algumas vezes de acordo com a vossa posição. Fizemo-lo com igual convicção, mas solidariedade política. Agora estamos solidários convosco, mas inquietos e preocupados. Estamos solidários porque compreendemos a responsabilidade que temos para com a comunidade povoense, e estamos de acordo com os seus pressupostos. Não alinhamos neste discurso de umas Câmaras do PSD, nem de umas Câmaras do PS. Esta questão não é partidária e é transversal a todo o país. Estamos preocupados com isso e registo muito positivamente que o senhor diga – e espero que o tenha feito com convicção e responsabilidade de consequência política – que está a favor da descentralização política. E eu faço um parêntesis, porque não tem a ver com o MAI, mas eu defendo a descentralização política desde 1997, quando era Presidente de um plenário de um partido político aqui na terra. Defendi-o em debate, escrevi-o nos jornais da Póvoa e de Braga, porque entendo que a descentralização política, ao contrário da regionalização, é muito mais eficaz como medida política para um país coeso, moderno e equitativo, e mais, de proximidade; mas temos que estar atentos, temos que estar abertos e disponíveis e temos que ter visão política, senhor deputado. Porque visão política é quando estamos do lado da maioria, nomeadamente, e eu já estive do lado da maioria, nomeadamente na política académica. Temos de parar para refletir, temos que estudar, temos que ter dados e debatê-los. Isso é que é visão política. Famalicão, Paulo Cunha, fá-lo desde Junho; Porto, Rui Moreira, fá-lo desde Junho. Braga, Ricardo Rio, fá-lo desde junho; e nós estamos em final de fevereiro – final de janeiro, perdão – e não temos um debate, Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Não temos um debate, onde tenhamos mais de três minutos. E isso é que era importante, sabermos quais são as áreas que nos podem interessar, porque isto é gradual e inevitável. Que números é que estão em causa? Só vimos aqui em relação aos transportes e à alimentação escolar. Temos vias de comunicação, temos proteção civil, temos financiamento de fundos comunitários, temos captação de investimento, temos novas receitas. Temos isto estudado? Não temos Senhor Presidente da Assembleia Municipal. E é esta a nossa preocupação. Nós estamos de acordo com as preocupações e com as críticas que a Câmara aqui levanta. Mas não podemos é continuar neste prisma de, eu diria mesmo, de incúria política, de não termos estudos, não podermos discutir e ajudar o executivo, para o melhor para os povoenses, para o melhor para o nosso Município. É essa a nossa posição de princípio e é essa a nossa posição com toda a clareza, senhor deputado Luís Amaro.”*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva e, no uso da palavra, referiu: *“Obrigado, senhor deputado. Obrigado, pelas suas palavras. Nós temos um trabalho que vamos apresentar amanhã aos povoenses, e que vamos dizer qual é o propósito para os próximos 14 anos. Senhor deputado, toda a população está convidada para amanhã estar presente, para ver o que está definido e se os povoenses concordam com aquilo que está lá proposto e se, da parte dos povoenses, haverá ou não outras ideias para a gente tentar ir ao encontro das pretensões de todos os povoenses. É isso que eu pretendo, enquanto for Presidente da Câmara, é ir ao encontro de todos os povoenses. Obrigado.”*

Terminado o debate, o Presidente da Mesa, João Duque, colocou o único ponto, da sessão extraordinária, a votação.

**Deliberação: A Assembleia Municipal aprovou por maioria, com 27 votos a favor e 15 votos de abstenção, a proposta da câmara para o não exercício das competências previstas no âmbito da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, nos termos do disposto na Lei 50/2018, de 16 de agosto.**

Por fim, o Presidente da Assembleia, João Duque, colocou à consideração do plenário a aprovação da ata em minuta, permitindo desta forma a imediata eficácia da deliberação tomada; declarou que foi aprovada por unanimidade e deu por terminada a sessão, desejando a todos uma boa noite e uma ótima semana de trabalho.